



Departamento de Ciências Sociais
Mesa Redonda “140 anos da Comuna de Paris”
11 de maio de 2011

Participantes:

Atilio Borón (Universidade de Buenos Aires - UBA)

Marcos Del Roio (Universidade Estadual Paulista - Unesp)

Valério Arcary (Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de São Paulo - IFCT/SP)

Moderador:

Javier Amadeo (Universidade Federal de São Paulo - Unifesp)

Javier Amadeo:

Boa noite a todos. Vamos iniciar essa mesa redonda sobre a Comuna de Paris, que completa 140 anos em 2011. Este evento faz parte de um ciclo de conferências e mesas redondas organizado pelo Departamento de Ciências Sociais da Unifesp, hoje em parceria com a IV Semana de Ciências Sociais da Unifesp, e se integra a um conjunto de eventos comemorativos sobre a Comuna de Paris que têm acontecido nas últimas semanas. A Comuna de Paris foi um dos momentos históricos mais importantes do século XIX e que nos provoca importantes reflexões, tanto do ponto de vista político como teórico.

Gostaria de agradecer a presença dos professores convidados: Marcos Del Roio, da Universidade Estadual Paulista - Unesp, autor dos livros *I prismi di Gramsci: La Formula Politica del Fronte Único*, e *A Classe Operária na Revolução Burguesa: a Política de Alianças do PCB - 1928-1935*; Valério Arcary, do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de São Paulo, autor de *As Esquinas Perigosas da História* e *O encontro da Revolução com a História*; e Atilio Borón, da Universidade de Buenos Aires, autor dos livros *Estado, Capitalismo e Democracia na América Latina*, *Império e Imperialismo*, *Filosofia Política Moderna* e *Socialismo no Século XXI*, este último lançado recentemente pela editora Expressão Popular.

Antes de passar a palavra aos nossos expositores, gostaria apenas de observar que não estamos aqui para realizar um exercício de nostalgia. Analisar a Comuna de Paris, uma experiência extraordinária do ponto de vista histórico, significa resgatar sua atualidade no projeto da uma emancipação social, recolocando o debate sobre o socialismo nos dias atuais. Após essa breve introdução, passo a palavra ao Prof. Valério Arcary.

Valério Arcary:

Pretendo fazer aqui uma abordagem fundamentalmente histórica. Quando falamos da Comuna de Paris de 1871 estamos falando da primeira revolução proletária da história mundial. Durante 72 dias a Comuna apresentou ao mundo o primeiro governo operário popular da história. Antes da Comuna, já haviam acontecido insurreições operárias,

inclusive na própria Paris, como em junho de 1848, numa segunda onda revolucionária após fevereiro de 1848 quando a cidade de Paris derrubou a monarquia constitucional dos Bourbons Orleanistas. [Os Bourbons, como sabemos, são uma família sinistra. Tem parentesco com a família dos Braganças, nossa família real que também é uma família sinistra. A história deles neste país e do que fizeram em Portugal é em grande parte quase impubescível]. Mas 1871 é a primeira revolução operária e nesse intervalo de 72 dias vive-se a experiência de um governo popular. Como foi possível triunfar, em 1871, uma insurreição operária e popular? Para compreendermos esse triunfo heroico, é necessário narrar sua contextualização histórica.

Em julho, agosto e setembro de 1870 ocorre a guerra Franco-Prussiana. A guerra Franco-Prussiana é declarada por iniciativa do segundo imperador francês, Luis Bonaparte, sobrinho de Napoleão, que toma a iniciativa de atacar a Prússia. A Alemanha tal como nós a conhecemos hoje não existia nessa época; o que existia era um reino na fronteira do que hoje chamamos Alemanha e Polônia. Esse reino se desenvolveu a partir de um núcleo feudal que correspondia ao principado de Brandenburgo, cujo centro era a cidade de Berlim, uma cidade tardia em termos europeus, fundada no século XIII. Assim, o principado de Brandenburgo foi o núcleo histórico em torno do qual se funda o reino da Prússia. Nessa região oriental da Alemanha as relações feudais tinham se preservado até um período tardio. Assim sendo, à frente do Estado ainda estava uma classe aristocrática que exerce o poder e sustenta o *Kaiser*, conhecida como os *Junkers*. Os *Junkers* eram essa fidalguia militarizada, que emergiu de uma estrutura social de tipo feudal e que apoiava uma estrutura política de tipo também feudal, que era o Estado prussiano. Cabe observar que, após a derrota da França na guerra Franco-Prussiana, Bismarck, então primeiro-ministro do *Kaiser*, realizará a unificação da Alemanha. Até então, a Alemanha Ocidental estava dividida em mais de trinta principados, tendo uma estrutura arcaica que remete ao Sacro Império Romano-Germânico do período medieval. Se quisermos ir às origens remotas, vamos encontrá-las em Carlos Magno, no início do século VIII.

Napoleão declara guerra contra a Prússia. O que estava em disputa era qual seria a potência hegemônica da Europa no século XIX. Portanto, nesse momento temos o embrião de um sistema internacional de Estado. Estamos iniciando o último quartel do século XIX e a hegemonia nesse momento está nas mãos da Inglaterra. A Inglaterra, com seu império colonial, seus recursos financeiros e culturais, a sua precocidade na revolução industrial, o seu domínio sobre a Índia, o seu controle dos mares, a sua armada, mas com dimensões demográficas quase raquíticas — a Inglaterra é um país neste momento com 10 milhões de habitantes, enquanto a França que já está próxima dos 30 milhões e a Alemanha já está superando os 40 milhões —, ainda é a potência hegemônica na Europa e assim será até as vésperas da Primeira Guerra Mundial. A França precipita a guerra e, para sua surpresa, encontra uma força armada prussiana imensamente superior à francesa. O exército prussiano, em dois meses e meio, impõe a mais humilhante derrota da história do exército francês. Foi uma derrota superior a que o exército francês já havia sofrido na Rússia. Refiro-me à Batalha de Sedan, em setembro de 1870. Sedan entra para a história da França como um momento de vergonha nacional. O exército francês capitula em Sedan; é uma derrota instantânea que trouxe ainda a suprema humilhação: o imperador Luís Bonaparte

é feito prisioneiro pelos prussianos. A burguesia em Paris entra em pânico diante dessa situação, pois sabe que o exército prussiano, enfim, marchará sobre a capital. Paris era a capital do mundo, a cidade que ditava a moda e a etiqueta do século XIX; sua cultura era referência internacional, como fica claro no comportamento da nossa elite do século XIX no Brasil, que mimetiza o modo de vestir à francesa, o teatro à francesa, a ópera à francesa, os talheres à mesa à francesa — até os criados eram obrigados a servir na mesa à moda francesa. Os prussianos cercam Paris, enquanto na França constitui-se um governo de emergência, burguês, liderado por Adolphe Thiers, que recebe o apoio da Assembleia Nacional e assina um armistício com os prussianos. No entanto e, para surpresa de Thiers, há uma fortíssima resistência em Paris à “rendição”. O exército prussiano chega até a entrada da cidade, pára em Versalhes — que está distante apenas uns 40 quilômetros de Paris — e decide não invadir Paris. O exército prussiano se dá conta que a disposição da cidade para resistir é um assunto que os franceses têm que resolver entre eles. Por que Bismarck suspende a ofensiva sobre Paris? Porque uma coisa é combater um exército profissional, outra coisa é combater rua por rua, casa por casa. A humilhação que significaria uma invasão alemã da cidade de Paris faz com que o alto comando alemão recomende a Bismarck prudência. A lógica segue assim: “Não invadiremos. Quem tem que manter a paz em Paris, garantir que os franceses aceitem a capitulação e as condições severas da rendição é o governo francês.” As condições da rendição eram duras: os prussianos exigiram a anexação das regiões da Alsácia e Lorena, ou seja, todo o leste da França passaria a ser alemão. Os alemães exigem de Thiers que ele imponha o seu domínio sobre a cidade. Apoiado nas forças que lhe restaram, ele marcha sobre Paris, mas para sua surpresa, a Guarda Nacional, que foi formada para a defesa de Paris, não entrega sua artilharia. Este é um episódio simbólico e decisivo. É a hora da insurreição, é a hora em que a cidade se levanta: é o momento da defesa dos *Canhões de Montmartre*. Uma das canções mais bonitas dessa época, *Le temps des cerises*, canção símbolo da Comuna, relembra a resistência da população de Paris, que no alto do morro mais elevado da cidade, que é Montmartre, se recusa a entregar os canhões ao exército de Thiers, porque sabe que ele vai se render aos prussianos. A Guarda Nacional é *le peuple em armes*, é o povo em armas. O que significa um povo em armas? Significa que todos os homens em idade e em condições de saúde para segurar as armas são alistados na Guarda Nacional, que é um exército popular, não um exército profissional. [É muito diferente dos exércitos que temos hoje, evidentemente. O exército norte-americano é um exército profissional. Depois do Vietnã, nos EUA, nenhum governo se atreveu a fazer alistamento obrigatório, porque já descobriram que, se chamarem alistamento obrigatório, vão ter mais refratários e desertores do que fãs de show de rock. Então eles fazem um exército por alistamento profissional e pagam, evidentemente, muito acima do salário médio da sociedade norte-americana. Hoje o salário médio nos EUA está em torno de dois mil dólares, na indústria 2.500 dólares. O salário inicial de um soldado é três mil dólares. Eles são dos setores mais oprimidos da classe trabalhadora dos EUA; são geralmente filhos de imigrantes, são negros, são latinos, e eventualmente são brasileiros. Temos casos de jovens brasileiros que mal falam inglês que se ofereceram como voluntários, para poder residir nos EUA, para conseguir o *green card*]. Enfim, a Guarda Nacional é um exército popular. E foi esse

exército popular, que não entrega a artilharia a um governo que se rendeu diante dos prussianos, que convoca eleições livres na cidade de Paris. Cinco dias depois de salvar os canhões de Montmartre, o comitê central da Guarda Nacional — esse é o nome do organismo; talvez por isso surgiu uma tradição no uso do termo “comitê central”; o *Comité Central de la Garde Nationale* era o termo que os insurgentes utilizavam — convoca eleições livres, não censitárias, cinco dias após a resistência em Montmartre. As eleições na França eram censitárias, ou seja, só podiam eleger representantes para a Assembleia Nacional aqueles que pagavam impostos. O critério foi colocado pela Assembleia Constituinte de 1791, que condenou o Bourbonn absolutista Luís XVI à guilhotina. A constituição da Revolução Francesa deu o direito de votar e ser votado apenas aos homens — as mulheres estavam excluídas — e aos homens que tinham uma renda mínima para serem considerados cidadãos ativos; os que não pagavam impostos eram considerados inativos. O argumento era muito simples: uma Assembleia que vai decidir quais impostos serão pagos, não pode ser eleita por homens que não pagam impostos. Porque o cálculo era o seguinte: os pobres que não pagam impostos vão vencer porque são maioria, e como maioria eles irão votar impostos sobre os ricos para redistribuir para eles, os pobres. Solução: os pobres não devem votar, é muito “simples”. Claro, eles estavam enganados nesse raciocínio. Como se demonstrou nos 200 anos seguintes, não é tão difícil convencer os pobres a votar nos ricos. Mas eles não sabiam disso há 200 anos. Então a Assembleia Constituinte, na França revolucionária de 1789-91, decidiu que só os que pagavam impostos poderiam votar. A Comuna, pela primeira vez na história da Europa Ocidental, estabelece o sufrágio universal para homens e mulheres. Vejam só: na Suíça, até 1970, as mulheres não podiam votar. Pois isso é para vocês verem como são as desproporções da vida civilizada: em relação ao chocolate, civilizadíssimos; em relação às mulheres, uns bárbaros do paleolítico!

O Comitê Central da Guarda Nacional convocou os parisienses a votarem e disse: “Escolham trabalhadores, operários. Escolham entre os vossos os que *não* querem ser eleitos. Escolham aqueles homens e mulheres que sejam iguais a vocês. Escolham aqueles que merecem a vossa confiança, que vivem as vossas vidas. Não confiem nos ambiciosos. Não confiem naqueles que querem a ribalta, que querem as luzes. Confiem nos vossos, são eles que merecem o vosso voto.” E então é eleito o Conselho Geral da Comuna, que é um governo atípico, completamente diferente de tudo o que existiu antes e, em grande medida, embrionário, porque era o que as revoluções do século XX iriam buscar em seus melhores momentos. E mesmo comparando com as revoluções do século XX, era um governo muito inovador. Porque o Conselho Geral da Comuna supera a fórmula das concepções liberais conservadoras do século XVIII que propunha a separação dos três poderes. Mesmo antes da Revolução Francesa, já existia a separação entre o poder judiciário e o poder executivo. Mas os monarcas medievais tinham direitos espantosos. Eles exerciam todos os poderes: faziam as leis e executavam as leis. A ideia dos três poderes vem de Montesquieu e está consagrada no princípio segundo o qual aqueles que fazem leis não podem executar as leis e aqueles que interpretam os conflitos que emergem da aplicação da lei não podem governar, assim como os que governam não podem fazer as leis. A Comuna subverte esse princípio e cria um Conselho Geral que é ao mesmo tempo o

parlamento revolucionário e o governo revolucionário. A premissa da Comuna é que aqueles que fazem as leis são capazes de exercê-la. A Comuna estabelece um poder, que é o Conselho Geral, determinando também que a sociedade que elegeu esse conselho pode, a qualquer momento, revogar aquele que foi eleito para representá-lo. A eleição é feita por distritos, com o princípio da revogabilidade dos mandados. Sobre a remuneração dos eleitos — quando o representante efetivamente precisa da mesma —, o princípio é que ela não pode ser superior ao salário médio dos trabalhadores da cidade. Portanto, a Comuna estabelece que o salário dos governantes será igual ao salário médio dos trabalhadores e que os membros do Conselho podem ter seus mandatos revogados a qualquer momento.

Trata-se de um governo de maioria operária: no interior do Conselho Geral estão expressas todas as tendências do movimento dos trabalhadores franceses. A maioria é formada por deputados que têm simpatias pelas ideias do cooperativismo francês, que é, fundamentalmente, um projeto igualitarista-cooperativista, inspirado nas ideias de Proudhon. Existe também a corrente dos blanquistas. Na época, Auguste Blanqui era o principal líder revolucionário da França e o homem mais temido do continente [ao longo de sua vida, foi preso numerosas vezes, totalizando 40 anos de prisão]. Quando a Guarda Nacional retém os canhões em Montmartre, a localização de Blanqui, prisioneiro do governo de Napoleão III, era segredo de Estado. O Conselho da Comuna dá a um dos seus homens mais valentes a missão de sair de Paris e descobrir onde estava preso Blanqui. Depois de muito procurar, volta sem resultados. A Comuna propõe então aos versalheses trocar Blanqui pelo arcebispo de Paris e mais 45 padres. Era um bom acordo: o arcebispo e mais os 45 padres pelo revolucionário mais perigoso da Europa. O prestígio de Blanqui era tão grande que Marx, então residindo em Londres, mesmo discordando das ideias de Blanqui, considerou a sua libertação uma das condições vitais para o sucesso da Comuna. Os versalheses, porém, não entregam Blanqui.

A Comuna previu o perigo de uma batalha em condições extremamente desfavoráveis, pois sabia que os prussianos estavam dando tempo para Thiers e os versalheses se fortalecerem com o apoio da França profunda, da massa camponesa formada por pequenos proprietários, que, ironicamente, era a filha da Revolução Francesa que aboliu os privilégios aristocráticos. A Comuna sabe que tem o tempo contra ela, pois Thiers tem na retaguarda uma França atrasada, intoxicada por todo o tipo de mentiras contra a Paris revolucionária. Em uma tentativa desesperada, envia uma coluna de quatro mil homens da Guarda Nacional para um ataque surpresa a Versalhes. A coluna é derrotada; os combatentes são presos e fuzilados. A partir daí, a Guarda Nacional e o Conselho da Comuna avaliam que chegara a hora dos confrontos decisivos. A Comuna se prepara para fazer a defesa da cidade de Paris contra os prussianos. Quando o governo da França burguesa se ajoelha diante do exército inimigo, é a classe operária de Paris que chama o seu povo às armas para defender a pátria. Mas é o exército de Thiers que vai fazer o banho de sangue que os prussianos não quiseram fazer. E, evidentemente, ficam quietinhos em Versalhes, empurrando Thiers para a tarefa. Claro, se Thiers não avançasse, eles avançariam. Mas o fato é que Thiers foi combater a Comuna.

O Conselho da Comuna, nesse momento, dá um passo extraordinário a frente. É um dos momentos mais emocionantes da história da Comuna de Paris. Diante da situação de

emergência nacional, o Conselho Geral decreta a nacionalização de todas as oficinas cujos patrões tivessem fugido de Paris. É a primeira medida anticapitalista da história. Pela primeira vez a propriedade privada capitalista é expropriada. Vejam: a Comuna não expropria os capitalistas; ela expropria os patrões das oficinas — que são as fábricas desse período histórico na França — que fugiram diante do invasor alemão. Eles são considerados traidores da pátria e por isso são expropriados. A Comuna toma outra decisão extraordinária que é a universalização do direito à educação. O Conselho da Comuna delibera que é obrigação do Estado garantir o ensino primário e gratuito para todos, algo que não existia na época — a educação era um privilégio de classe, estava concentrada fundamentalmente nas mãos da elite. O Conselho toma uma série de outras medidas que são menos importantes, uma delas muito curiosa e pitoresca: proíbe o trabalho noturno dos padeiros. São muito solenes quanto a essa decisão, pois se trata de uma sessão à qual eles dedicam muito tempo à deliberação. Há duas hipóteses para isso: ou os padeiros odiavam naquela época o trabalho noturno mais do que odeiam hoje, ou havia uma força corporativa dos padeiros enorme na classe operária francesa, o que acontece em alguns momentos da história. [Entre as profissões proletárias, os franceses sempre tiveram os cozinheiros em grande estima, inventando a profissão que é o chefe de cozinha. É uma coisa tremenda! A burguesia inglesa tem um fascínio pelos seus alfaiates. A burguesia mundial, inclusive a brasileira, durante décadas e décadas, encomendava os seus ternos em Londres. Os brasileiros usavam, com muito orgulho, os paletós de casimira ingleses, que no nosso clima são uma coisa realmente extravagante, não é? Imaginem o sujeito, completamente desidratado, naquela capital do Rio de Janeiro, molhado de suor até às cuecas, mas de uma elegância inglesa! Os franceses tem essa obsessão pela cozinha, talvez isso explique a questão dos padeiros].

Após esse breve intervalo, a Comuna se prepara para a hora da batalha final. Nesse momento, proudhonistas e blanquistas se unem no Conselho, ou seja, a tendência mais moderada, nós a chamaríamos hoje de reformista, e a tendência insurrecional, que nós chamaríamos revolucionária, unem esforços para a resistência. Havia chegado a hora da batalha decisiva. Não há nenhum registro histórico de que Thiers tenha feito alguma proposta de negociação. Mas, dez anos depois da derrota da Comuna, Marx, em uma correspondência privada, trabalha hipoteticamente com a ideia de que o Conselho da Comuna, considerando-se a correlação de forças — não eram mais do que 10 ou 15 mil homens armados diante de um exército imensamente superior e formado com a cumplicidade dos prussianos —, deveria ter procurado uma terceira opção. Não cabe a nós, homens e mulheres do século XXI, julgar se os homens da liderança do Conselho da Comuna tomaram a decisão certa ou errada. O que sabemos é que, empurrados pelo advento dos acontecimentos, não houve nenhuma outra saída a não ser lutar. E isso os homens da Comuna fizeram, com bravura, valentia e honra. As derrotas com honra, mesmo sendo derrotas, têm um destino histórico. Elas não fecham a janela para o futuro. As derrotas honradas, mesmo com toda dor e todo sofrimento, com toda regressão e custo social que vêm associados às derrotas dos processos revolucionários, deixam para as gerações seguintes uma bandeira com a qual seguir adiante. Os homens da Comuna lutaram, combatendo rua a rua. Os últimos foram fuzilados contra o muro do cemitério

Père-Lachaise, no centro de Paris. Ao final da “semana sangrenta”, os mortos somavam muito mais do que os 30 mil mortos que se puderam contar.

Gostaria de concluir contando uma história da qual tive conhecimento há apenas dois ou três anos. Estava com um colega historiador francês e caminhávamos pelo centro de Paris quando chegamos ao muro do cemitério *Père-Lachaise*. O muro não foi reformado e as balas que mataram os últimos *communards* ainda estão ali. Foi então que ele me contou essa história. No morro mais alto de Paris, Montmartre, depois da derrota da comuna, foi erguida a catedral de *Sacré-Coeur*, que é a segunda maior catedral de Paris, depois da catedral de *Notre Dame*. A catedral de *Sacré-Coeur* foi construída por demanda do Vaticano, para ser um símbolo nacional da França. Para construí-la, os padres franceses pediram dinheiro à França profunda, camponesa. No entanto, nenhum centavo dos trabalhadores de Paris foi destinado para a construção da catedral. Os parisienses sabiam que aquela igreja estava sendo construída sob o sangue dos homens que levantaram a bandeira vermelha, e por isso não deram um tostão sequer para sua construção. Essa é a Comuna de Paris. Obrigado.

Atílio Borón

Quero parabenizar a nosso colega Valério pela fala extraordinária: uma síntese perfeita dos acontecimentos e do espírito revolucionário da Comuna de Paris. Não é uma situação muito fácil eu falar após sua brilhante exposição. Por isso vou tratar de retomar algumas poucas coisas.

Primeiro, a Comuna de Paris foi um sucesso extraordinário, inesperado. Não estava nos cálculos da vivência revolucionária europeia ou francesa um acontecimento como esse. Mas como Valério explicou muito bem, tampouco estava nos cálculos a “loucura” de Luis Bonaparte de atacar a Prússia, que era uma potência militar de extraordinária capacidade e que, em três meses, derrotou completamente o exército francês. Esse foi o momento mais importante da Europa naquela época e isso gerou uma situação muito especial que tornou possível o surgimento desse fenômeno que é a Comuna de Paris. O papel da Guarda Nacional, que foi muito bem delineado pela fala do Valério, é um fato absolutamente decisivo. Por quê? Porque as armas estavam nas mãos de uma organização popular e não nas mãos de um exercício profissional. E essa é uma das condições, ontem e hoje, de qualquer processo revolucionário: as armas nas mãos do povo.

Marx e Engels, apesar de terem escrito muito sobre o tema do governo operário, não sabiam o que era um governo operário. E não podiam saber, porque não havia experiência histórica de um governo da classe operária até então. Eles eram como esses astrônomos que inferem a existência de um planeta por meio da deflexão da luz das estrelas e do movimento de outros planetas: eles sabem que há algo ali, mas não sabem dizer exatamente o quê. Assim acontecia com Marx e Engels. Eles sabiam que poderia existir um governo da classe operária, mas não tinham nenhuma ideia de como poderia ser esse governo. Depois da Comuna, eles tiveram uma primeira ideia concreta sobre como poderia ser um governo da classe operária, que passou a ter as características que foram muito bem delineadas por Valério em sua apresentação. Isso teve influência na teoria política de Marx e Engels porque, em seus textos da juventude, eles imaginavam que o

processo de destruição do Estado burguês aconteceria ao final de um longo período histórico, isto é, ao final de um longo período *revolucionário*. Uma das coisas que eles aprenderam com a Comuna foi que o processo de destruição do Estado burguês deve começar no primeiro momento do processo revolucionário, ou seja, não se pode esperar até o final da revolução. Um ponto fundamental é a supressão do exército profissional, que é um aspecto absolutamente decisivo de qualquer processo revolucionário. Se vocês estudarem os grandes processos revolucionários do século XX, verão que a revolução foi possível nas situações em que o exército profissional havia sido destruído pela guerra, como no caso do exército czarista na Rússia em 1917, ou quando o exército profissional foi destruído por uma invasão estrangeira, caso do exército chinês, destruído pelos japoneses. O êxito da revolução no Vietnã também pode ser explicado, ao menos em parte, pelo fato de que o exército popular vietnamita derrotou o exército profissional do Vietnã. Entre nós, na América Latina, a razão pela qual Cuba foi a única revolução triunfante da América Latina é porque foi o único caso em que um movimento guerrilheiro teve a capacidade de derrotar um exército profissional. Portanto, no processo de destruição do Estado burguês essa é a primeira tarefa que deve empreender o governo revolucionário.

A Comuna tomou também tomou outras decisões muito importantes, que já foram mencionadas aqui, como a supressão da divisão dos poderes, que é uma divisão artificial. A Comuna constituiu-se como um grupo de pessoas que fazia, executava e também aplicava as leis, e que estava submetido a um intenso controle popular, coisa que não acontece hoje na maioria das democracias latino-americanas. Porém, em alguns países da América Latina, tivemos recentemente um processo de desenvolvimento de instituições que inclui a revogação de mandatos. Isso que era possível na Comuna de Paris, hoje está presente nas reformas constitucionais da Venezuela, Bolívia e Equador, permitindo que nesses países também seja possível revogar o mandato dos maus governantes, dos maus legisladores. Em outros países, no entanto, como na Argentina, Brasil, Chile e Uruguai, esta possibilidade não existe. Então, quando essas condições estão presentes, há o começo de um processo de transformação revolucionária.

Uma coisa muito importante que quero destacar é que a Comuna demonstrou que é necessário um processo de destruição e reconstrução sob novas bases, porque não basta somente destruir, é preciso destruir e reconstruir, é preciso criar uma nova forma de organização, uma forma democrática, uma forma não burocrática, uma forma onde as armas estão no controle do povo, onde o exército é de constituição popular. Sem esse processo de reconstrução, é impossível promover processos de transformação ou de mudança social. A mudança social não pode ser feita pelo velho aparato estatal. Uma das grandes lições da Comuna foi que, se você quer mudar o mundo, é preciso mudar o Estado. Porque não basta tomar o controle do velho aparelho estatal para fazer com que ele ponha em prática políticas contrárias à ordem estabelecida. Rosa Luxemburgo fez uma observação muito feliz quando disse que o Estado é sempre a expressão da correlação de forças da última revolução. A última revolução, a revolução burguesa, criou um aparato estatal especial e esse aparato funciona para reproduzir a sociedade existente; ele não tem a capacidade para promover mudanças, ou tem uma capacidade muito limitada, mesmo nos casos em que o aparelho estatal é governado por uma coalizão de esquerda. A história

da América Latina é pródiga de exemplos que demonstram isso, como o caso chileno, por exemplo. Salvador Allende vence as eleições, mas morre no golpe de Estado de 1973. Ele queria produzir mudanças radicais na sociedade chilena e tinha um apoio eleitoral muito importante: quase a metade do eleitorado chileno estava apoiando as políticas de Allende. Mas o aparelho estatal não respondia às vozes de mando do presidente. Ele queria acelerar a reforma agrária, os ministros diziam que queriam acelerar a reforma agrária, mas, por baixo, a organização burocrática trabalhava em sentido contrário e a reforma agrária não avançava. E se avançava um pouco, imediatamente o judiciário interpunha processos para parar, para frear, a reforma agrária. Em outras palavras, nos casos em que o presidente queria produzir mudanças sociais radicais, o velho aparato estatal não respondia. Por quê? Porque o Estado não é o “Estado dos capitalistas”, mas é um *Estado capitalista*. Essa é uma distinção sutil, mas muito importante. O Estado dos capitalistas significa que você tem uma ferramenta qualquer, como um martelo, que você pode usar com a mão direita ou esquerda. Mas isso não é o Estado. O Estado capitalista é uma estrutura institucional, uma cultura organizacional e uma ideologia — isso é o que Hegel chamava “o espírito estatal” — que se é capitalista, funciona na direção para reproduzir o capitalismo. É muito, muito difícil, utilizar esse aparelho para destruir o capitalismo. O capitalismo tem que ser destruído, porque está destruindo as condições de vida no planeta Terra. Mas para destruir o capitalismo você não pode usar o Estado capitalista; você tem que pensar em um processo de reforma radical do Estado.

Na história do século XX, temos muitos exemplos sobre o processo de transformações pelas quais passaram nossos países. Muitos processos na América Latina que começaram com mudanças sociais radicais foram varridos pela contrarrevolução. Na América Latina — fiquem certos disso —, qualquer processo reformista desencadeia um processo contrarrevolucionário, um banho de sangue, como aconteceu com a Comuna de Paris — 30 mil pessoas, gente praticamente indefesa, massacrada pelo exército francês. Mas essa também é a história da América Latina. É a história da revolução mexicana, é a história da revolução guatemalteca, é a história da revolução boliviana. Mas essa não é a história de revolução cubana. Por quê? Qual é a grande diferença? A revolução cubana, o Movimento 16 de Julho, destruiu o exército de Batista. Nos demais casos, o processo foi muito mais difícil de avançar.

Há uma discussão que sempre surge quando se fala da Comuna de Paris, que é sobre a ditadura do proletariado. Vocês sabem que Marx e Engels usaram a expressão “ditadura do proletariado” ao longo dos anos, mas não muitas vezes. Há um estudo muito minucioso que investigou quantas vezes Marx e Engels usaram a expressão “ditadura do proletariado” e que chegou à conclusão de que eles mencionaram o termo apenas 11 vezes ao longo de mais de 40 anos. Portanto, isso significa que não era uma categoria permanente dentro de seus escritos, mas era uma categoria teoricamente importante e explicarei por quê. Também acontece que algumas fórmulas muito felizes ganham grande popularidade e são usadas frequentemente ao longo do tempo. Assim, parece que a única coisa de que Marx e Engels falavam era a “ditadura do proletariado”. Assim também acontece com Adam Smith, que é conhecido como o teórico da “mão invisível”. Mas ele só usou o termo duas vezes! Mas a expressão foi tão bem sucedida do ponto de vista da

retórica que parece que toda a teoria desenvolvida por Adam Smith foi sobre a “mão invisível”, o que não é verdade. O caso da “ditadura do proletariado” é uma discussão muito importante e de grande atualidade hoje. Por quê? Fazendo uma análise superficial da política latino-americana, diríamos que temos democracias em quase toda a América Latina. Alguns autores diriam que não há democracias autênticas na América Latina, que não é o caso de Cuba, Venezuela, Bolívia, Equador. No entanto, existiriam democracias autênticas na América Latina. Por exemplo, Vargas Llosa, um grande admirador do governo brasileiro, disse em Buenos Aires há duas semanas que o Brasil é o modelo democrático mais importante do continente. O *marketing* da política brasileira é extraordinário! É um grande sucesso! Por outro lado, ele disse que temos países como a Venezuela, que tem uma “ditadura populista” e Cuba, conseqüentemente, seria uma ditadura. Mas devemos nos perguntar: nossos países são democracias?

Fiz um pequeno experimento mental, traindo Aristóteles, o grande fundador da filosofia política. Tomando sua teoria, escrevi um texto intitulado *Aristoteles en Macondo*,¹ que descreve uma viagem de Aristóteles por toda a América Latina falando de democracia. Aristóteles diz nesse texto, segundo a minha interpretação, é que “democracia” é o governo da maioria em benefício dos pobres. Isso é o que significa “democracia”. E Aristóteles diz: “Eu não sou democrático, pois acredito em outra forma de governo, não em benefício dos pobres, mas em benefício de toda a comunidade; não apenas um governo da maioria, mas um governo mais consensual.” Segundo a sua definição, porém, nota-se que não existem democracias na América Latina. Perguntamos então a Aristóteles: “Se não são democracias, como você chamaria os regimes da Argentina, Brasil, Uruguai?” A resposta dele, muito ortodoxa, é que, segundo seu pensamento, trata-se de “plutocracias”: o governo dos ricos em benefício dos ricos. Nesse texto, ele apresenta uma série de argumentos e dados estatísticos que demonstram que em países como a Argentina e o Brasil, por exemplo, após o estabelecimento do regime democrático, suas sociedades se tornaram muito mais desiguais do que antes. O grande paradoxo é que a democracia, como o governo da maioria em benefício dos pobres, gerou na América Latina — na Argentina, Brasil, Chile, Uruguai, em outros países — uma polarização social, uma desigualdade econômica e social sem precedentes em nossa história. Isso é diferente do que aconteceu na Europa no pós-guerra, em que o desenvolvimento da vida democrática criou sociedades mais igualitárias, com maiores possibilidades para os pobres, etc., etc..

Então, quando falamos de ditadura do proletariado ou ditadura da burguesia isso quer dizer duas coisas. Em primeiro lugar, do ponto de vista do método de governo, não há dúvida de que países como Argentina, Brasil ou Chile, não são ditaduras. Por que há um grau de liberdade, podemos vir aqui e falar o que quisermos, sem censura prévia e sem temer que a polícia fique nos esperando lá fora para nos jogar na prisão. Mas do ponto de vista dos efeitos das políticas econômicas e sociais, respondendo à grande pergunta “Quem ganha e quem perde?”, se trata de ditaduras, no sentido de que sempre ganha o mesmo setor social, que sempre os mesmos setores são beneficiados. Nos casos

¹ BORÓN, Atílio. Aristóteles en Macondo - Notas sobre el fetichismo democrático en América Latina. In: HOYOS Vázquez Guillermo (Org.). *Filosofía y teorías políticas entre la crítica y la utopía*. Buenos Aires: CLACSO, 2007.

em que há certa vocação reformista, há um pouco mais os mais pobres. Mas se você comparar, por exemplo, o caso do Brasil nos últimos dez anos, os ganhos dos pobres com o ganho dos ricos, a diferença é fenomenal. O mesmo acontece no Chile, o mesmo acontece na Argentina, o mesmo acontece no Uruguai, o mesmo acontece no México. Então, teoricamente falando, em um sentido muito rigoroso, os governos vistos dessa maneira não devem ser considerados democracias.

Mas isso não é apenas um problema da América Latina; não é só um problema brasileiro, argentino, chileno. É um problema de todo o capitalismo contemporâneo. O capitalismo contemporâneo transformou-se em um modo de organização econômica e política que cria desigualdades, que cria pobreza, que cria exclusão social, e não somente na periferia do sistema. Mesmo nos EUA, mesmo na Europa, você tem o mesmo problema. Naturalmente, não na mesma dimensão que temos aqui na América Latina. Mas, como dizem os franceses, a criação de uma sociedade a *duas velocidades* — uma velocidade muita forte para os setores ricos e uma velocidade muito lenta para os setores mais pobres — também existe. Então estamos falando de democracia? Não. O que temos é apenas uma forma legal de governo democrático; podemos votar a cada dois ou três anos, podemos escolher o modo de decisão, etc., mas não se trata de democracia. Falando sobre seu país, os EUA, Noan Chomsky disse certa vez: “Todo mundo fala que nós temos um sistema bipartidário, que temos dois partidos, os Democratas e os Republicanos, mas isso não é certo. Nós temos só um partido, o partido de *Wall Street*, o partido do capital.” O partido do capital tem duas alas, uma ala mais simpática, um pouco mais aberta às demandas populares, e uma ala muito mais aristocrática, elitista, reacionária. Mas os dois partidos trabalham para aprofundar as relações capitalistas e as desigualdades do capitalismo.

Tenho um exemplo muito concreto disso. Estou fazendo uma pequena pesquisa sobre o que aconteceu nas torres gêmeas. [A história do Bin Laden é um assunto sobre o qual teremos muitas interpretações, sobretudo porque a grande pergunta é: Por que mataram Bin Laden e jogaram o cadáver no mar? Minha resposta é porque ele sabia muito. Entre os mafiosos, quando pegam uma pessoa que sabe muito, ela tem que ser morta, porque se fala, compromete a todos os demais. O Bin Laden poderia ter dito, por exemplo, que as armas que ele pegou para combater os soviéticos no Afeganistão vieram de uma operação de tráfico de armas financiada pela CIA. Ele podia dizer também que a fortuna da família Bush — Bush pai e Bush filho, os dois presidentes dos EUA — foi feita com negociações não claras, não legais, não transparentes com o governo saudita]. Meu foco aqui está no que aconteceu com as pessoas que trabalharam nos escombros das torres gêmeas. Uma pesquisa feita por uma pequena universidade de Nova York descobriu que, depois de nove anos, entre as quase 14 mil pessoas que trabalharam como bombeiros, resgatistas ou na operação de limpeza, somente seis pessoas receberam indenização por danos à saúde por terem trabalhado em um ambiente totalmente tóxico. Só seis pessoas das 14 mil! Há poucos meses, finalmente, uma corte de justiça determinou o pagamento de uma indenização de 67 mil dólares por pessoa para aqueles que trabalharam nos escombros e que tiveram a saúde seriamente comprometida. Esses 67 mil dólares por pessoa, depois de quase dez anos, não significam absolutamente nada, porque uma pequena intervenção cirúrgica em um hospital qualquer nos EUA custa no mínimo 35 mil

dólares. Se analisarmos a resposta da “democracia” norte-americana em relação aos trabalhadores que foram fazer uma tarefa ingrata, suja, perigosa e venenosa, constatamos que, depois de 10 anos, eles receberam uma minúscula parte do que lhes era devido. Mas os ladrões que criaram uma grande crise financeira mundial, que promoveram uma crise extraordinária pela qual estamos todos pagando, os *brookers* dos bancos de investimento do sistema financeiro norte-americano que foram resgatados pelo governo de Bush e imediatamente depois pelo governo de Obama, hoje voltaram a receber salários da ordem de 10, 12, 15 milhões de dólares por ano. O que significa isso? Isso é uma ditadura da burguesia. Marx e Engels disseram que o estado burguês é uma ditadura, mas que é processada por métodos democráticos, tolerantes, pluralistas. Isso significa que há um setor, uma classe, que ganha e outros setores que sempre perdem. Então, quando falamos de ditadura, temos que ter consciência desses dois níveis. Sim: a forma é democrática, mas o conteúdo dessas políticas é profundamente ditatorial.

Concluo a minha fala com apenas mais uma observação. É muito difícil avançarmos processos de reforma na América Latina. Por quê? Porque a burguesia hoje possui um enorme poder, muito maior do que antes, muito maior do que na época da Comuna de Paris. Marx disse que os *communards* deveriam ter tomado o controle do Banco da França. Eles não fizeram isso, pois tinham uma espécie de respeito sacro-santo pela instituição bancária como uma grande instituição da sociedade francesa. Mas hoje, o poder da classe dominante, que se expressa na mídia mundial, vai muito além dos recursos econômicos. Então, a grande concentração de poder dos oligopólios midiáticos em todo o mundo tem implicações sérias. Vejam o caso da carreira de Silvio Berlusconi, que chega a Primeiro-Ministro da Itália a partir de seu controle total sobre a televisão italiana. Os processos de manipulação conservadora dos povos da América Latina têm muito a ver com o fato de que grandes oligopólios financeiros, econômicos e industriais também têm meios de comunicação de massa. Então, eles subordinam as informações a que nós temos direito — porque nós temos direito a informações verdadeiras — aos interesses econômicos: “É conveniente para eu dar essa informação ou não? Se não me convém, devido a um negócio que tenho no setor industrial, não dou a informação.”

Uma grande notícia divulgada no sábado passado foi que o governo de Rafael Correa chamou o povo para manifestar-se sobre dez processos de reforma que ele quer introduzir no Equador. Um deles dizia o seguinte: as empresas de jornalismo não poderão ter interesses em nenhum outro setor da vida econômica exceto o jornalismo. Se você quer fazer jornalismo, tem que fazer jornalismo e não pode ter investimentos em bancos, na indústria, na agricultura, em nada mais. A maioria da população do Equador aprovou essa reforma, abrindo um processo interessante sobre a reforma e a democratização do Estado. Dissemos anteriormente que as políticas em países como a Argentina, Brasil, Uruguai, Chile, como México são todas iguais, mas podemos agora notar diferenças. Essa questão que foi aprovada no Equador é muito importante. É necessária essa acumulação de poder para barrar os interesses dominantes, acumulação de poder que implica organizar o povo, conscientizar o povo para a grande batalha ideológica, demonstrando que o capitalismo é um sistema que condena toda a humanidade, que condena a natureza, que condena a sociedade, e fazer isso será a ante-sala de um processo eventualmente revolucionário em

nossos países. Obrigado.

Marcos Del Roio

Nas quase duas horas que gastei vindo para cá, fiquei vendo televisão, pois havia um monitor instalado no ônibus. Esse bombardeio ideológico ao qual o Atílio se referiu nos persegue em todo lugar. Como a programação é curta, mas a viagem é longa, vi cinco vezes a mesma programação. Pude perceber coisas impressionantes. Diante dos bombardeios ideológicos que sofremos o tempo todo é muito difícil contra-atacar com os nossos recursos, nossos da esquerda, evidentemente, que são muitos escassos.

Na verdade, gostaria apenas de assinalar alguns pontos. O Atílio já os conhece, pois fizemos uma mesa sobre a Comuna em Londrina recentemente. Vou refletir sobre aqueles mesmos pontos. É um tema muito caro ao Valério por conta do livro dele, intitulado “Esquinas Perigosas da História”. Estão acontecendo debates sobre a Comuna de Paris em todo o Brasil e esses debates são uma maneira para agregar gente para pensar, criticar, conhecer, organizar e, eventualmente, para colocar essa nossa luta em andamento. Um dos pontos que eu gostaria de discutir, talvez o mais interessante, é situar a Comuna de Paris na sua localização histórica. Antonio Gramsci coloca a Comuna de Paris, de forma aparentemente contraditória, como sendo a conclusão da revolução burguesa, especificamente, a revolução burguesa na França. Há uma passagem curta em que Gramsci lembra o seguinte: “A revolução começa com a burguesia enfrentando a nobreza e dirigindo as massas populares. O novo enfrenta o velho, a burguesia enfrenta a nobreza.” Mas, na conclusão, já na Comuna de Paris, “o novo já enfrenta o novíssimo”, isto é, a burguesia enfrenta o proletariado pré-revolucionário. A Comuna de Paris, decididamente, inicia a trajetória da luta pela emancipação do proletariado. Alguém poderá dizer, com razão, que, na verdade, o primeiro embate foi em julho de 1848, também em Paris. Poucos lembram que houve um confronto muito semelhante na cidade de Praga, que na época era parte do Império Austro-Húngaro, que já era, digamos assim, uma zona do capitalismo mais desenvolvido. O massacre que ocorre na conclusão da Comuna de Paris — com milhares de fuzilados em uma semana, com rios de sangue correndo por Paris — inicia, poderíamos dizer, paradoxalmente, a *hegemonia* burguesa, para usar a expressão de Gramsci. A hegemonia burguesa se dá como democracia burguesa. Mas atenção: democracia burguesa é democracia em termos; é uma democracia com muitas restrições. Não precisamos ir muito longe. Essa democracia burguesa que temos hoje no Brasil é uma democracia com muitas restrições. As lutas fragmentárias e fragmentadas que nós temos enfrentam permanentemente a repressão do Estado. Claro, não é preciso que o presidente da república ou o presidente do Senado levante a mão para dizer que é o responsável por essa repressão. É o mecanismo estatal que coloca isso em andamento com a maior naturalidade. É uma necessidade. É o mecanismo ditatorial da democracia burguesa que está permanentemente ativado. Então, a democracia burguesa é uma forma de subordinação da classe operária, dos trabalhadores, de uma maneira mais geral.

Outro ponto que gostaria de mencionar, mas de uma forma muito rápida, pois não tenho condições de entrar nele, é o contexto das relações internacionais que possibilitaram essa implosão revolucionária. Só indico a questão. A Comuna de Paris praticamente

coincide com o processo de unificação da Itália, que se completa em 1870, e com a unificação da Alemanha que se completa exatamente nesse momento. A Prússia/Alemanha está inteiramente envolvida nesse episódio histórico. A burguesia francesa vergonhosamente se entregou à Alemanha, ato que repetiria em 1940, mas não é o caso de adentrar nesse ponto agora.

Outro ponto importante a destacar — e que já foi lembrado aqui — é que a Comuna passou a ser um exemplo para o desenvolvimento do movimento operário. Durante muito tempo, o dia de luta pela emancipação do trabalho não foi 1º de maio; era a data de comemoração da Comuna. Isso ganhou uma dimensão internacional de inspiração e tornou-se uma bandeira dos trabalhadores, que se tornou definitivamente a bandeira vermelha, que já existia em 1848, e o hino deixou de ser o *Allons enfants de la Patrie* e passou a ser, em português de Portugal, “Em pé, Oh vítimas da fome ...”, etc.

E uma questão, que também mereceria uma reflexão maior, é sobre *qual* classe operária, *qual* proletariado fez aquela ação histórica que marcou definitivamente a luta pela libertação do trabalho. Seguramente não era o que nós — pelo menos nós os mais velhos; acho que a percepção dos mais novos já deve ter mudado — em algum momento imaginamos como sendo operários. Para nós, a classe operária era o metalúrgico de macacão azul, aquele operário da fábrica fordista taylorizada. Hoje não é mais assim, mas muito menos era em 1870-1871. Evidentemente, era outro perfil profissional, outra qualificação, outra relação com o trabalho, assim como outros complexos ideológicos. Os complexos ideológicos que orientam hoje a luta dos trabalhadores, isto é, a luta antagônica ao capital, também são muito diferentes do que eram naquela época. Na França da Comuna predominava o proudhonismo, que é uma tradição muito arraigada na França. Também havia forte influência do blanquismo. Esses movimentos depois receberam, no desenvolvimento da II Internacional — particularmente, a vertente que veio compor a III Internacional depois —, críticas bastante sérias. Não críticas destrutivas, mas críticas para fazer crescer a luta dos trabalhadores. A inspiração da Comuna foi muito forte na explosão revolucionária de 1917, 1918 e 1919 na Rússia e na Europa e também depois, quando foi lembrada na Revolução Espanhola. Quer dizer, a Comuna nunca deixou de ser uma referência revolucionária. A Comuna e os conselhos operários, que surgem no século XX, são aspectos muito próximos que se articulam, pois fazem parte dessa cultura revolucionária da classe operária a qual me referi.

Não quero me alongar mais, pois devemos seguir com o as perguntas da plateia. Obrigado.